

O resgate da crônica, questões sobre etnia e a identidade na América hispânica do XIX.

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

“O índio é o artesão obscuro que tece a sua trama”
Manuel Gamio

Os cronistas do século XVI, com suas concepções e valores pré-determinados, têm despertado o interesse de pesquisadores que se utilizam dessas fontes para compreender aspectos das primeiras décadas do período colonial. As informações contidas nos documentos são valiosos instrumentos que estiveram fora de circulação por longo período, graças à proibição por parte de Filipe II, em 1577, às crônicas dos religiosos regulares. A preocupação do monarca era com a divulgação de relatos sobre os costumes dos povos indígenas e suas “superstições”. O domínio da Coroa sobre os conteúdos destes textos e outras informações do mundo colonial vinha numa trajetória ascendente, desde pelo menos a década de 20 do século XVI (Baudot: 1983, 494). O argumento, sobretudo no final do século, era a construção de uma memória convertida em detrimento dos traços pagãos da população nativa. Era o tempo da Contra-Reforma e da afirmação dos valores religiosos católicos.

No século XIX, as crônicas, muitas delas inéditas, começaram a ser editadas e estudadas na América hispânica. As publicações tiveram um papel fundamental no momento em que se discutia, a partir das lutas pela independência e dos conflitos internos entre os grupos que compunham as novas nações, noções como identidade. A região mesoamericana, especificamente o México, teve um grande número de cronistas e liderou este processo de resgate de documentos.

O uso das crônicas no século XIX serviu a múltiplos interesses e grupos, por vezes distinto dos objetivos dos autores do XVI. O homem do XVI se via diante do desígnio divino e as descrições dos cronistas, muitos dos quais religiosos, reproduziam “lugares comuns” onde aparecia questões da natureza (na referência ao Deus Criador), a visão que se tinha sobre os nativos (o modo de ser das criaturas) e a tarefa de evangelizá-los (missão religiosa). As diferenças entre os cronistas eram quanto às concepções e aos papéis reservados para si e para os habitantes nativos ou ibéricos que conviviam nas novas terras. No século XIX a percepção mudou. O homem queria liderar os processos políticos, queria fazer história, demonstrava uma intencionalidade e buscava fundamentar-se nos textos que expressavam valores e idéias que lhes eram úteis. Os conflitos culturais, por exemplo, passaram a ser lidos por uma outra perspectiva: a do momento de fundação dos Estados nacionais.

O resgate da crônica e a aparição de novos textos fomentaram o trabalho de historiadores e ilustrados do XIX. É digno de nota que um dos aspectos centrais das crônicas, em diferentes matizes, os indígenas e seus universos, continuavam a ser uma preocupação dos descendentes espanhóis que habitavam a América. Questões relatadas pelos cronistas foram novamente abordadas no século XIX por intelectuais e políticos.

Surgindo como personagem central ou como um apêndice de cronistas e autores do XIX a questão indígena era um incômodo. Apresentado como dócil ou indomável, “naturalmente bom” ou idólatra, ou ainda, com um pouco de cada coisa, como podemos depreender dos diversos textos das crônicas que acompanham este número da Revista Idéias, o elemento da configuração étnica no mundo hispano-americano foi ressignificado nas lutas pela Independência política e nos anos que seguiram. Os cronistas, malgrado o acesso a um grupo específico de estudiosos, tiveram excertos e abordagens resgatados dentro das diversas temáticas que dominaram o cenário das Américas a partir do XIX. Questões como a posse e o domínio da terra, a “proteção” aos indígenas, que estavam no horizonte do período colonial, estendeu-se, em algumas áreas como o México, até o século XX com o retorno da idéia de “comunidade” indígena. Do *Requerimiento* às *haciendas*, a questão das terras permanecia no universo hispano-americano. Ou ainda, o tema travado no debate entre Las Casas e Sepúlveda, entre 1550 e 1551, sobre a noção de barbárie, é

retomado, de forma mais ampla, na obra de 1845, “Facundo” de Domingo Faustino Sarmiento (1997).

A pluralidade étnica e cultural vivida na América era e continua sendo um dos campos para pesquisa e trabalhos. A presença e convivência entre os nativos indígenas, *criollos*, ibéricos e africanos, para falar nos grupos mais visíveis, foram e devem continuar sendo espaço de discussões na historiografia americana, embora, nem sempre estes aspectos sejam trabalhados de forma central. Às vezes elas entram de forma periférica numa discussão que envolve aspectos políticos e econômicos, por exemplo. Pesquisas sobre a identidade, principalmente no século XIX, enfatizaram a peculiaridade dos grupos étnicos que habitavam a região.

O universo indígena e debates suscitados

Henri Favre (1998) pesquisou e sistematizou em seu livro sobre o indigenismo obras que, em diferentes períodos, demonstravam uma opinião favorável ao indígena. No entanto, essa corrente não existiu sem outras que contestavam essa visão. A produção de textos “pró-indígenas” teve a sua primeira fase no período colonial com o sentido missionário empregado na época. Os cronistas religiosos enfatizavam as qualidades e aptidões das populações nativas para a conversão. Las Casas, Sahagún, Acosta, Motolinía, que defendeu a população europeia que migrou para o Novo Mundo e condenava o que designou como “excessos” de Las Casas, fazem parte desta lista de autores. Para estes cronistas, segundo se depreende dos relatos deles sobre batizados e a aceitação dos elementos religiosos cristãos, era a prova cabal de que os nativos eram filhos do mesmo Criador e o trabalho missionário era necessário.

Ao lado do trabalho de evangelização surgiram questões como a dizimação e o trabalho forçado. Os cronistas denunciaram e diziam proteger os nativos. Esta visão, por mais humanitária que possa parecer, revela um traço de incapacidade de resistência indígena e da necessidade da tutela dos clérigos sobre os nativos. Os índios resistiram, como revelou Héctor Bruit (1995), de forma simulada, “melando” a lógica do colonizador. A partir desta estratégia, visões como a do “índio preguiçoso” começaram a ser difundidas.

Outro período do indigenismo, segundo Favre, foi na época das Independências. Naquele momento as obras possuíam um discurso unificador e a tendência foi de desaparecer a categoria “índio” e de falar apenas de cidadãos. A noção de cidadania, reflexo das idéias expressas por movimentos do XVIII como a Independência dos Estados Unidos e a própria Revolução Francesa, era utilizada pelos liberais para forjar uma identidade e unidade dentro da América Espanhola. Para François Guerra (1992), houve uma interlocução das lutas de Independência americanas com os movimentos revolucionários da França, pois segundo o autor, houve o triunfo de uma nova legitimidade: a de nação e de povo soberano. Para os críticos da aplicação dessas noções no território que se estende do México à Patagônia, Guerra afirma que a profundidade das transformações não é o dado mais relevante. Há, no entanto, um revisionismo em curso que questiona esta idéia. Os atores dos processos de independência seriam os conservadores que quiseram controlar o poder efetivamente revolucionário das camadas mais baixas. O interessante a ser resgatado nesta idéia de Guerra é que não há, em nenhum país, um dado culturalmente homogêneo ou mecânico. A pluralidade de elementos auxilia na complexa tarefa de compreender um período.

O século XIX na América, ao tentar estabelecer uma unidade e criar a idéia de nação, em oposição à Espanha ou aos grupos internos, quis padronizar e, neste esforço, demonstrou preconceitos e práticas que se mantinham. Os indígenas tiveram perdas territoriais significativas no período. A política colonial do “direito protetor” fez com que se criasse os “resguardos de índios”, uma unidade territorial reduzida, que foram preservados até o começo do XVIII quando a tendência de ampliação das *haciendas* levou a medidas de supressão e recortes das terras indígenas. No início do XIX estas unidades eram vistas pelos *criollos* como corporações que atrapalhavam o desenvolvimento econômico e deveriam ser abolidas. O índio era um obstáculo. O liberal mexicano Francisco Pimentel (1832-1893) afirmava que havia dois povos no mesmo território e, o que era mais preocupante, que estes povos eram inimigos.

Por trás desta oposição entre as elites hispânicas e os indígenas havia indicações de uma teoria que aflorava na segunda parte do XIX: o darwinismo social. Revestido de características biológicas ou históricas, efetivou-se uma prática e um discurso onde o índio era “naturalmente” avesso à civilização.

Rodrigo Montoya, citado por Pablo Casanova (1996), afirma que no Peru, a relação entre o Estado nacional e os grupos étnicos era uma relação de exclusão, que vinha desde o período colonial. Montoya retoma a tese de Mariátegui de que “as repúblicas foram formadas sem os índios e contra os índios”. A crônica ressurgiu neste universo através do resgate de Guamán Poma de Ayala que afirmava que os índios não conheciam a pobreza e que o mundo colonial era um “mundo do avesso”. A revolta de Tupac Amaru II era a expressão da memória de uma sociedade rica, narrada por outro cronista, Garcilaso de la Vega, que permitiu aos grupos indígenas da região andina uma idealização sobre seu passado e a expectativa de um futuro utópico.

Retomando a questão do indigenismo, em meio à noção do darwinismo e à instauração de um Estado comandado pelas elites, outro grupo ganha força e identidade: os “mestiços”. A partir do texto de Henri Favre há a citação de Andrés Molina Enríquez (“Los grandes problemas nacionales”) de que o mestiço tem a eficiência do *criollo* e a resistência do indígena.

No início de século XX, o indigenismo ganhou nova força e uma inversão foi esboçada. Diante do progresso arqueológico experimentado à época, os índios foram apresentados como “iguais” ou “superiores” aos europeus. Outro dado que contribuiu para uma revalorização do indígena na primeira parte do século passado foi a crise do modelo europeu. Com a I Guerra Mundial houve o questionamento do modelo de civilização e a visualização de seu declínio. Manuel Gamio (1883-1960) era expoente de um movimento que ficou conhecido como “culturalismo indígena”, onde o índio “é o artesão obscuro que tece sua trama”.

Estado e conflitos étnicos

A leitura que enfatiza aspectos étnicos, presentes desde as primeiras crônicas, é ainda um desafio para historiadores e estudiosos sobre a questão da identidade hispano-americana nos séculos XIX e XX. O desafio não está na incompreensão dos elementos, mas na tendência reducionista que envolve o tema. Por vezes, as leituras têm se concentrado em aspectos que são postos como alternativos e não como uma justaposição. Ao tratarem das lutas de Independência, por exemplo, especialistas enfatizam ora uma

sociedade de classes, ora uma divisão étnica. Em ambos os casos o indígena é pouco visto ou reconhecido, pois o início do XIX, para as populações indígenas era um momento complexo, onde as identidades das pequenas comunidades se alteravam para surgir as identidades nacionais. Maias e araucanos eram substituídos, neste processo, por mexicano, guatemalteco, chileno etc.

O estabelecimento de uma unidade conceitual para o mundo indígena, e por extensão, a toda América Hispânica, é um exercício de redução da complexa realidade histórica e cultural vividas ao longo do processo de formação da atual América Latina. A diversidade é escamoteada, pois ela não facilita a análise da constituição dos Estados nacionais e ignora a dinâmica interna das sociedades indígenas.

Para exemplificar podemos nos referir à identificação do indígena como classe social. Essa aproximação omite a presença da relação de dominantes e dominados nas próprias comunidades indígenas, da mesma forma que há brancos que também são explorados, na acepção desta abordagem. Ao fazermos tal afirmação nossa intenção não é invalidar propostas dos adeptos desta leitura, mas antes, inquirir sobre as multiplicidades que teimam em fazer-se mostrar, que manifestam-se com suas complexidades, e nos deixam atônitos, ainda hoje, com uma realidade em que os instrumentos de interpretação não são plenamente compreensíveis.

Se, os processos de Independência tiveram modelos externos, como muitos afirmam, é também necessário lidar com as projeções que são construídas, seja com um olhar retrospectivo, que a crônica pode oferecer “dados” para este discurso, seja para um olhar prospectivo e às utopias que se quer alcançar. O que é peculiar reconhecer é que, entre a crônica e a literatura indigenista, as personagens movem-se dentro de papéis definidos, cujas regras estão fixadas.

Romper esse modelo analítico é uma tarefa difícil e necessária. A crônica, como *corpus* documental, é um bom ponto de partida para se conhecer e analisar os eventos que narram, não por serem elas a expressão “do real”, mas a projeção e a representação de um território novo, com realidades que se fragmentavam e, paradoxalmente, construíram o seu percurso. A identidade produzida a partir do XIX, relaciona-se com essas primeiras formulações, nas quais, como já observamos, o indígena e suas características são

representados e, dessa forma, marcaram a memória do continente e suas ressignificações em tempos recentes.

Bibliografia:

ANDRÉS – GALLEGO, J. *Quince Revoluciones y algunas cosas más*. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.

BAUDOT, G. *Utopia y Historia em México: los primeros cronistas de la civilización mexicana (1520-1569)*. Madrid: Espasa-Calpe, 1983.

BRUIT, H. H. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos*. São Paulo/Campinas: Iluminuras/Ed. Unicamp, 1995.

CASANOVA, P. G. & ROSENMAN, M. R. *Democracia y Estado multiétnico en América Latina*. Cidade do México: UNAM, 1996.

FAVRE, H. *El Indigenismo*. México: FCE, 1998.

GUERRA, F.X. *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.

SARMIENTO, D. F. *Facundo – Civilização ou Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.